

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Litural Class.: Xerente 133

Data: 03/01/94 Pg.: _____

Índios rejeitam estradas e ponte

Rio (AG) — O governo do Estado de Tocantins está impedido, por liminar judicial, de continuar a construção de estradas e de uma ponte que, segundo denúncia do procurador da República Paulo Bessa, estão ameaçando as reservas Xerente e Funil, onde vivem cerca de dois mil índios da tribo Xerente. O juiz federal Marcelo Dolzany da Costa, da Vara de Palmas, capital de Tocantins, decidiu conceder a liminar no fim de dezembro e aplicou multa no valor de dez mil UFIR (cerca de CR\$ 1,9 milhão, em janeiro) por dia de descumprimento da medida.

— Convenci-me do risco premente de extinção da reserva indígena. A execução das obras é de vultoso impacto ambiental e não obedece às devidas cautelas — afirma o juiz.

As duas reservas abrigam 22 aldeias e a estrada estadual, que está sendo pavimentada, passa a apenas 600 metros de uma delas. Destacado para passar 15 dias na Vara de Palmas, onde procuradores da República se revezam por falta de um efetivo no cargo, Paulo Bessa foi procurado pelos índios. Eles acusaram o secretário de Infra-Estrutura do Estado, João Francisco Oliveira, e o governador Moisés Avelino (PMDB) de terem mentido ao afirmarem, oficialmente, que as obras ficariam suspensas até fevereiro, quando o assunto seria discutido com os índios, com a

Fundação Nacional do Índio (Funai) e com o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais e Renováveis (Ibama).

A Funai, consultada pela Procuradoria Geral da República, declarou que a estrada que “passa praticamente dentro da aldeia do Funil” é de 1947 e as demais, existem desde a década de 50. Mas, ainda segundo informa a fundação, eram caminhos estreitos de terra batida que hoje estão alargados e encascalhados, alguns sendo pavimentados. O relatório diz que “ainda existe um agravante: o atual cemitério da aldeia Funil fica a poucos metros do que será a área de domínio da rodovia pavimentada”.

Bessa solicitou que a parte já construída da ponte sobre o rio do Sono, que delimita a reserva Xerente, fosse destruída, mas o pedido ainda não foi avaliado — deve ser julgado em fevereiro. Atualmente, a travessia do rio é feita por balsa do governo estadual.

— Estive no local em 8 de dezembro e constatei que a obra continuava, apesar de não estar autorizada. O governo do Estado foi intimado pelo Ibama, mas nem mesmo apresentou as licenças pedidas. Por diversas vezes o governo se comprometeu a respeitar as áreas destinadas aos índios, mas a promessa há muito vem sendo quebrada — afirmou o procurador.